

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/08/2014 a 31/08/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

IN define regras para ano-safra 2014/2015 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 06/08/2014	3
Índice de preços globais de alimentos da FAO volta a cair. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 08/08/2014	3
Leilão de frete remove 4,7 mil t de produtos para cestas básicas – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 13/08/2014.....	4
Conflito em Gaza atinge produção agrícola e reduz oferta de alimentos. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 14/08/2014	4
Conab e Abracen oferecem mais informações de frutas e verduras ao Simab. Raimundo Estevam – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 14/08/2014.....	5
Agricultores familiares recebem quase R\$ 6 milhões em agosto – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/08/2014	6
Agricultores poderão comercializar sementes através do Programa de Aquisição de Alimentos. Aline Eberhard – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 26/08/2014.....	7
Municípios têm até dia 30/09 para responder questionário sobre segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/09/2014	7
Governo Federal amplia limite e cria nova modalidade para o PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/08/2014.....	8

IN define regras para ano-safra 2014/2015 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 06/08/2014

A coleta das amostras será finalizada em 30 de junho de 2015

Foi publicado no Diário Oficial da União dessa segunda-feira (04) a Instrução Normativa nº 17 que trata do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal) para o ano-safra 2014/2015.

De acordo com a Coordenação de Resíduos e Contaminantes (CRC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a norma define os produtos de origem vegetal que serão monitorados e as substâncias químicas que serão pesquisadas. Ao todo, o PNCRC é constituído por quatro subprogramas: monitoramento, exploratório, produtos importados e investigação. O subprograma de investigação só é iniciado quando é detectada alguma violação no subprograma de monitoramento.

No último ano-safra estava prevista a coleta de 1.875 amostras. Já para o ano-safra 2014/2015 o número de amostras é de 2.170, levando-se em consideração a soma dos subprogramas de monitoramento, exploratório e produtos importados. Em relação ao número de culturas/produtos monitorados, houve um aumento de 21 para 30 culturas. A coleta de amostras teve início em 1º de julho de 2014 e será finalizada em 30 de junho de 2015.

A IN define também o escopo mínimo de resíduos de agrotóxicos a serem pesquisados, estabelece os Limites Máximos de Resíduos (LMRs) de agrotóxicos permitidos e o Limite Máximo Tolerado (LMT) de contaminantes.

“Todos os anos a Coordenação de Resíduos e Contaminantes (CRC), da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/ Mapa) publica os parâmetros que devem ser observados na execução do PNCRC e, ao final de cada exercício, é publicada uma portaria divulgando os resultados obtidos”, disse o coordenador da CRC/SDA, Marcelo Cláudio Pereira.

Índice de preços globais de alimentos da FAO volta a cair. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 08/08/2014

O índice de preços globais de alimentos da FAO, o braço da ONU para agricultura e alimentação, registrou em julho sua quarta queda mensal consecutiva, determinada pelas baixas verificadas nos grupos formados por lácteos, cereais e óleos vegetais. Carnes e açúcar subiram na comparação. Conforme levantamento divulgado ontem, o indicador caiu para 203,9 pontos, 4,4 pontos a menos que em junho e menor nível desde janeiro.

"O declínio dos preços dos alimentos desde março reflete a expectativa de aumento da oferta na atual temporada e na próxima, especialmente de cereais e óleos", disse, em comunicado, Concepción Calpe, economista da FAO. Pressionado pela expectativa de boas colheitas de grãos no Hemisfério Norte (sobretudo nos EUA) nesta safra 2014/15, o índice da FAO específico para os cereais (milho e trigo entre eles) recuou 10,7 pontos percentuais em julho sobre junho, para 185,4 pontos, patamar mais baixo desde 2010. Já o indicador dos óleos vegetais (onde se encaixa a soja), registrou baixa de 7,7 pontos, para 181,1 pontos, menor nível desde agosto de 2013.

O aumento da oferta e a redução da demanda por importações motivou a queda do índice da FAO específico para os lácteos, enquanto adversidades que pesam sobre a oferta de carnes e açúcar impulsionou as cotações globais de ambos no mês passado (ver gráficos acima).

Leilão de frete remove 4,7 mil t de produtos para cestas básicas – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 13/08/2014

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) irá realizar, na próxima quarta-feira (20), às 9h, um leilão para contratar a remoção de 4,7 mil t de diversos alimentos em forma de cestas básicas. Os produtos são vinculados aos estoques estratégicos do governo e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O objetivo é atender a populações que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional em diversas localidades do país.

A realização do serviço de transporte ocorrerá em diversas etapas, conforme programação que consta no edital N° 114/2014, disponível no site da Conab. O período previsto da entrega será entre setembro a novembro deste ano. Os estados que receberão as cestas são: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Doações – Entre janeiro e julho deste ano a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já doou cerca de 17,5 mil t de alimentos, o que corresponde a mais de 770 mil cestas. Esses montantes beneficiaram mais de 330 mil famílias. As cestas foram entregues a acampados (263 mil), quilombolas (121 mil), terreiros (50 mil), atingidos por barragens (50 mil), indígenas (168 mil), marisqueiras/caranguejeiras/pescadores artesanais (8 mil), vítimas de calamidades (27 mil) e outras comunidades tradicionais (85 mil). A operação vem sendo executada desde 2003 e é fruto de parceria firmada entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Conab.

Eleições – Durante o período eleitoral, a doação de alimentos para instituições públicas e entidades de interesse social estão suspensas, conforme determina a legislação específica. A suspensão permanecerá até o dia 5 de outubro ou, em caso de segundo turno, até o dia 26 do mesmo mês. Entretanto, esta limitação não se aplica ao fornecimento das cestas a comunidades em situações específicas que tenham sido pré-selecionadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ou que se encontrem em situação de insegurança alimentar e nutricional, como vítimas de calamidades públicas.

Além disso, a Conab também continua autorizada, neste período, a realizar doações de produtos que se encontrem com a data de validade próxima do vencimento. Já os programas de ação continuada não foram interrompidos, como é o caso do Vendas em Balcão e dos leilões. (Assessoria de Imprensa / Conab)

Conflito em Gaza atinge produção agrícola e reduz oferta de alimentos. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 14/08/2014

SÃO PAULO - Os combates na Faixa de Gaza têm paralisado a pesca e também

forçado agricultores e pecuaristas a abandonarem suas atividades, freando a produção local e afetando “severamente” os meios de subsistência, alertou hoje a FAO, braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação.

Em comunicado, o órgão disse que, uma vez que o conflito cesse, o setor agrícola de Gaza precisará de ajuda externa significativa e de longo prazo. “Os recentes enfrentamentos [com Israel] causaram danos substanciais diretos nos 17 mil hectares de cultivo em Gaza, assim como em grande parte de sua infraestrutura agrícola, incluindo estufas, sistemas de irrigação, granjas, estoques de forragem e barcos de pesca”, afirmou a FAO.

A estimativa é que Gaza tenha perdido metade de seu plantel de aves para abate e de postura, ou atingidos pelos bombardeios ou por falta de água e comida. Cerca de 64 mil pequenos ruminantes ainda precisam ser alimentados a fim de evitar mais mortes. Na indústria pesqueira, calcula-se que as perdas entre 9 de julho e 10 de agosto cheguem a 234,6 toneladas, o equivalente a 9,3% da captura anual dos pescadores locais.

A FAO observa que a Faixa de Gaza importa a maior parte do que consome, entretanto, a produção local representa uma importante fonte de alimentos “nutritivos e acessíveis, e cerca de 28,6 mil pessoas em Gaza dependem da atividade rural para sua subsistência.

Ainda de acordo com o órgão da ONU, os preços dos alimentos têm oscilado bastante em Gaza. A alta no valor dos ovos chega a 40%, das batatas, a 42%, e do tomate, a quase 180%. Mas o fato é que, com a restrição à oferta local e a desaceleração das importações, “praticamente toda a população de Gaza (cerca de 1,8 milhão de pessoas) está agora dependente de ajuda alimentar”, conclui o comunicado.

Conab e Abracen oferecem mais informações de frutas e verduras ao Simab. Raimundo Estevam – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 14/08/2014

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai disponibilizar em seu site para o público em geral, a partir do próximo mês, informações mensais sobre volume, preço e origem das frutas e hortaliças comercializadas nas Ceasas que atendem as regiões do Centro-Sul do país. Qualquer pessoa poderá saber, por exemplo, de onde vem a batata ou outro produto hortigranjeiro que costuma adquirir para sua mesa, por meio do aceso ao link do Prohort (<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=561&t=2>).

Esta possibilidade que já existe, vem compromissada com a assinatura, nesta quinta-feira (14), do termo de adesão da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen) no Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil (Simab), gerido pela Conab. Estiveram presentes ao ato o presidente da estatal, Rubens Rodrigues dos Santos, o diretor de Política Agrícola e Informações, João Intini, e o presidente da Abracen, Mário Maurici de Lima Moraes.

Com estes dados, donos de restaurantes, dirigentes de hotel ou de hospitais poderão escolher o produto de melhor preço e qualidade ou substituí-lo por um similar no período de entressafra ou nas intempéries. É uma forma de ajuda bem-vinda para o setor de consumo atacadista de hortigranjeiros, garantem os técnicos. A metodologia poderá,

também, servir de base para análises econômicas de áreas especializadas do governo federal, contribuindo para a definição das políticas públicas do setor, uma das missões da Companhia.

Boas Práticas - Outra novidade no encontro será o lançamento do Guia de Boas Práticas de Comercialização, uma iniciativa da gerência que cuida de hortigranjeiros na Conab. Será um instrumento de trabalho para orientar os gestores das Ceasas na prática diária com manuseio e descarte de produtos hortigranjeiros, o tratamento de resíduos entre outras questões.

Será útil sobretudo para evitar desperdícios, uma prática que, segundo os técnicos, ocorre muito menos nos boxes de comercialização das Centrais, com perda de até 2%, do que no campo, no transporte e nos lares, no manuseio das próprias donas de casa, quando chega a atingir até 12% de descarte.

Agricultores familiares recebem quase R\$ 6 milhões em agosto – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/08/2014

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) pagou quase R\$ 6 milhões a agricultores familiares que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de Compra com Doação Simultânea. Ao todo, 3,8 mil famílias, registradas no programa pelas prefeituras e governos estaduais, comercializaram produtos no mês de julho.

A iniciativa tem o objetivo principal de fortalecer as cadeias produtivas locais de agricultura familiar. Os produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pela rede pública e filantrópica de ensino, e nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

No pagamento deste mês, as propostas estaduais beneficiaram 480 famílias, referentes aos estados do Acre, Ceará, Distrito Federal, Pará, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Tocantins. Já as propostas municipais, totalizando 119 municípios, atenderam 3,3 mil famílias. As quantias são depositadas diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do PAA, ou utilizá-lo em operações de débito.

A diretora do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, Denise ReifKroeff, ressalta os benefícios um ano após a modificação na forma de operar o PAA e o Termo de Adesão, que passaram a ser informatizados e trouxeram mais segurança às transações comerciais das famílias.

“Essa mudança tem garantido pagamentos mensais regulares, permitindo que o agricultor receba o recurso, no máximo, um mês após cada entrega. Isso evita o desabastecimento das entidades que recebem os alimentos”, enfatiza Kroeff.

Agricultores poderão comercializar sementes através do Programa de Aquisição de Alimentos. Aline Eberhard – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 26/08/2014

O Decreto nº 8.293 publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) possibilita que os agricultores familiares vendam sementes, inclusive crioulas, para os governos federal, estadual e municipal através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O decreto também alterou os limites de venda nas modalidades de Apoio à Formação de Estoques e Compra Institucional.

A medida visa aumentar a renda das famílias de agricultores familiares permitindo o acesso da política pública em mais de uma modalidade e com limites independentes ente si. Na Aquisição de Sementes, o limite anual por agricultor é de R\$ 16 mil na venda de sementes e cada associação ou cooperativa terá um limite de R\$ 6 milhões na venda.

Para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT) esta é mais uma oportunidade de comercialização e renda para os agricultores familiares de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. “Ter o domínio da semente tradicional é sinônimo de autonomia para a agricultura familiar. Produzindo e comercializando a própria semente o agricultor não é mais independente de grupos maiores que dominam este mercado atualmente”, disse o coordenador geral da Federação, Rui Valença.

Na modalidade “Apoio à Formação de Estoques” o limite anual de até R\$ 8 mil por agricultor familiar. As cooperativas ou associações continuam com o limite de até R\$ 1,5 milhão por ano, respeitando o limite individual dos associados. A novidade, do decreto, é que a primeira operação da organização precisa ser de até R\$ 300 mil. As cooperativas e associações poderão acessar recursos do MDA para adquirir sementes de seus associados e formar o próprio estoque, desta forma os agricultores não perderão a produção e as sementes podem ser comercializadas nos mercados institucionais, privados ou diferenciados.

Na Compra Institucional, o aumento no limite anual de venda do agricultor familiar passou de R\$ 8 mil para R\$ 20 mil por órgão comprador.

Municípios têm até dia 30/09 para responder questionário sobre segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/09/2014

Mapeamento pretende fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Brasília, 20 – Os gestores municipais têm até o dia 30 de setembro para preencher as informações do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Mapeamento SAN), criado para fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Com a iniciativa, será produzido um diagnóstico das ações e programas dos governos municipais, dos equipamentos públicos e das estruturas existentes. Também será possível analisar a participação da sociedade civil em relação às ações do setor.

De acordo com o coordenador geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Élcio Magalhães, o mapeamento apoiará a definição e a reorganização de políticas públicas.

“A partir destas informações, poderemos desenhar melhor os eixos de ação para fortalecer a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. As prefeituras e governos estaduais também poderão utilizar os dados para aprimorar a gestão de modo a garantir o direito à alimentação adequada”, ressalta.

Promovido pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional), o mapeamento está organizado em três eixos: identificação do órgão gestor, gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e Controle Social, além de questões sobre os equipamentos públicos.

A mobilização para participar do diagnóstico será feita pelas Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional e pelos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) estaduais, além da Caisan Nacional – presidida pelo MDS.

Governo Federal amplia limite e cria nova modalidade para o PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/08/2014

Os agricultores familiares poderão vender sementes, inclusive crioulas, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os governos federal, estadual e municipal. Além de criar a nova modalidade, o Decreto nº 8.293, que regulamenta o programa, alterou limites de venda nas modalidades Apoio à Formação de Estoques e Compra Institucional.

Na Aquisição de Sementes, o limite anual por agricultor é de R\$ 16 mil na venda de sementes e cada associação ou cooperativa terá um limite de R\$ 6 milhões na venda.

“O novo decreto permite que o agricultor familiar acesse mais de uma modalidade e com limites independentes entre si. O resultado disso é o aumento na renda das famílias”, explica o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor, da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), OnaurRuano. A nova modalidade será implementada, a partir da publicação de Resolução que determina detalhes da operacionalização.

Já o Apoio à Formação de Estoques permanece com limite anual de até R\$ 8 mil por agricultor familiar. As cooperativas ou associações continuam com o limite de até R\$ 1,5 milhão por ano, respeitando o limite individual dos associados. A novidade, do decreto, é que a primeira operação da organização precisa ser de até R\$ 300 mil.

Por meio dessa modalidade, cooperativas e associações acessam recursos do MDA, operacionalizado pela Conab, para adquirirem a produção de seus cooperados e formarem estoques próprios. Assim, o agricultor familiar não perde sua produção e os produtos estocados, beneficiados ou processados, podem ser comercializados em qualquer mercado, seja institucional, privado/convencional ou diferenciado.

Na Compra Institucional, o aumento no limite anual de venda do agricultor familiar passou para R\$ 20 mil por órgão comprador. Antes do decreto, o limite era de R\$ 8 mil. As cooperativas permanecem com limite de até R\$ 6 milhões, por ano, para vender a cada órgão comprador.

Essa modalidade amplia as oportunidades de mercado para a agricultura familiar, permitindo que órgãos de administração direta ou indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios comprem, com recursos próprios, alimentos para atender as demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros.

O orçamento do PAA é composto por recursos do MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa